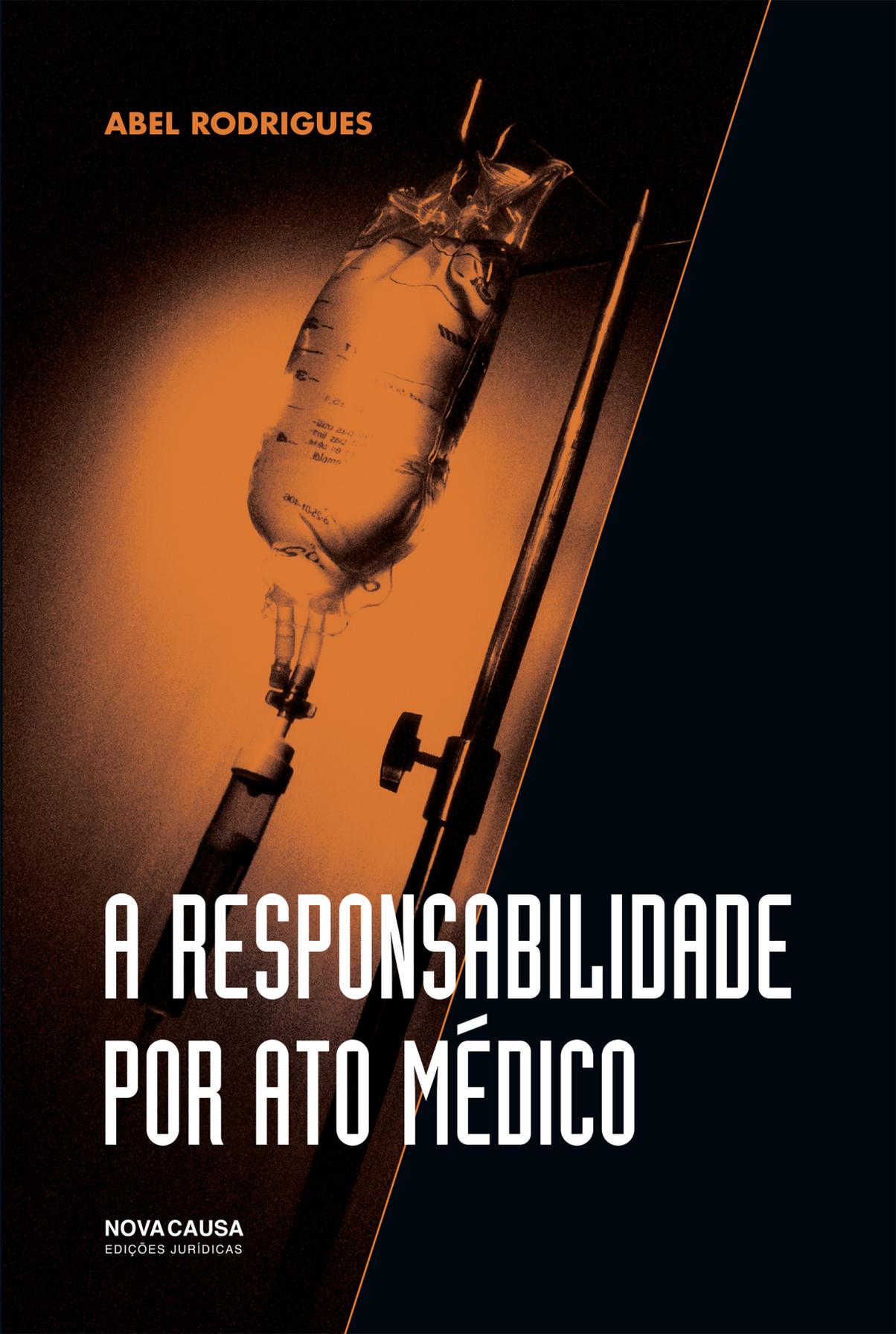


**ABEL RODRIGUES**



**A RESPONSABILIDADE  
POR ATO MÉDICO**

**NOVA CAUSA**  
EDIÇÕES JURÍDICAS

# A RESPONSABILIDADE POR ATO MÉDICO

Título

**A Responsabilidade por Ato Médico**

Autor

**Abel Rodrigues**

Editor

**NovaCausa**

Edições Jurídicas

**NOVA CAUSA**

EDIÇÕES JURÍDICAS

Braga, Portugal

[www.novacausa.net](http://www.novacausa.net)

ISBN

978-989-54812-4-8

Design

**Vitor Duarte**

[vitorduartedesign.blogspot.com](http://vitorduartedesign.blogspot.com)

Impressão e Acabamento

**Manuel Barbosa & Filhos, Lda**

© 2020, outubro

**NovaCausa, Edições Jurídicas**

A reprodução, total ou parcial, desta obra, por fotocópia ou qualquer outro meio, mecânico ou electrónico, sem prévia autorização dos autores e do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

**ABEL RODRIGUES**

# **A RESPONSABILIDADE POR ATO MÉDICO**

**NOVA CAUSA**  
EDIÇÕES JURÍDICAS

# Índice

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I – A responsabilidade por ato médico</b> .....	17
1. O ato médico e a responsabilidade médica .....	19
1.1. O ato médico .....	19
1.2. As faltas médicas geradoras de responsabilidade .....	21
1.3. As dificuldades no apuramento das faltas médicas .....	23
1.4. O enquadramento da responsabilidade médica .....	25
<b>Capítulo II – O direito fundamental à saúde</b> .....	29
2. A garantia constitucional do direito fundamental à saúde .....	31
2.1. A proteção na saúde .....	32
2.2. As entidades prestadoras de cuidados de saúde .....	35
2.3. Os direitos dos utentes .....	38
<b>Capítulo III – O dever de cuidado no tratamento de patologias urgentes</b> .....	43
3. O dever especial de cuidado no tratamento de patologias urgentes: o caso do acidente vascular cerebral .....	45
3.1. O acidente vascular cerebral .....	45
3.1.1. A afetação do cérebro .....	46
3.2. A obstrução da circulação sanguínea no cérebro .....	48
3.3. Sinais e sintomas do acidente vascular cerebral e exames de diagnóstico .....	50
3.4. Recomendações para o tratamento do AVC isquémico e do acidente isquémico transitório de 2008 .....	51
3.4.1. A referenciação e tratamento do doente .....	52

3.4.2. Recomendações para o tratamento de AVC isquémico no serviço de urgência .....	53
3.4.3. Recomendações para serviços de AVC e unidades de AVC .....	55
3.4.4. Os cuidados em unidades de AVC .....	56
3.4.5. A imagem em doentes com AVC agudo .....	57
3.4.6. Outros exames de diagnóstico em doentes com suspeita de AVC isquémico .....	58
3.4.7. O controlo dos fatores de risco vascular .....	59
3.4.8. A terapêutica anti trombótica .....	60
3.4.9. A prevenção secundária. Controlo otimizado dos fatores de risco vascular .....	61
3.4.10. Recomendações referentes a terapêutica anti trombótica .....	61
3.4.11. O tratamento geral do AVC .....	62
3.4.12. O tratamento específico do AVC .....	63
3.5. A responsabilidade dos hospitais e clínicas .....	64
3.6. A falta de organização .....	67
3.7. A responsabilidade das instituições por alguns casos específicos de negligência .....	70
3.8. Os registos clínicos do doente .....	73
<b>Capítulo IV – A responsabilidade civil médica .....</b>	<b>77</b>
4. Os fundamentos da responsabilidade civil médica .....	79
4.1. A responsabilidade contratual e a responsabilidade extracontratual na responsabilidade civil médica .....	80
4.2. A responsabilidade contratual e a responsabilidade extracontratual .....	81
4.2.1. A responsabilidade médica contratual .....	86
4.2.2. A responsabilidade médica extracontratual .....	88
4.3. O nexo de causalidade na responsabilidade médica .....	89
4.4. As falhas de organização .....	93

4.5. A ilicitude na responsabilidade médica .....	96
4.6. O problema da culpa no âmbito da responsabilidade médica .....	97
4.7. As presunções de culpa na responsabilidade civil médica .....	100
4.8. A teoria da perda de oportunidade .....	105
<b>Capítulo V – As pretensões reintegratórias dos particulares .....</b>	<b>109</b>
5. As pretensões reintegratórias dos particulares como consequências eventuais danos no Serviço Nacional de Saúde ....	111
5.1. O conceito de responsabilidade civil do Estado e das entidades públicas .....	111
5.1.1. Evolução histórica da responsabilidade civil do Estado e das entidades públicas .....	112
5.1.2. Princípios fundamentais do Regime da Responsabilidade Civil Extra Contratual do Estado e Demais Entidades Públicas consagrado na Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro .....	114
5.1.2.1. O âmbito de aplicação .....	115
5.1.2.2. A obrigação de indemnizar .....	116
5.1.2.3. A prescrição do direito à indemnização .....	117
5.1.2.4. A responsabilidade por facto ilícito médico .....	117
5.1.2.5. A responsabilidade pelo risco .....	119
5.1.2.6. A responsabilidade contratual e a responsabilidade extracontratual .....	120
5.1.2.7. A disciplina legal da responsabilidade civil do Serviço Nacional de Saúde .....	121
5.2. A responsabilidade civil por atos de gestão pública .....	121
5.2.1. A responsabilidade extracontratual delitual .....	122
5.2.1.1 Os pressupostos da responsabilidade administrativa delitual .....	124
5.2.1.1.1 O facto voluntário .....	125

5.2.1.1.2 A ilicitude .....	127
5.2.1.1.3 Causas de justificação da ilicitude .....	128
5.2.1.1.4. A culpa .....	132
5.2.1.1.5. Os problemas referentes à culpa pessoal e ao funcionamento anormal do serviço .....	135
5.2.1.1.6 O problema da prova de culpa e das presunções de culpa .....	137
5.2.1.1.7. As causas de exclusão da culpa .....	138
5.2.2. O dano .....	140
5.2.2.1. Danos emergentes e lucros cessantes .....	140
5.2.2.2. Danos presentes e danos futuros .....	141
5.2.2.3. Danos patrimoniais e danos morais .....	142
5.2.2.4. O problema da indemnização pelos danos não patrimoniais .....	143
5.2.3. O nexo de causalidade .....	144
5.2.3.1. A teoria da equivalência das condições .....	144
5.2.3.2. A teoria da causa próxima .....	145
5.2.3.3. A teoria da causalidade adequada .....	145
5.2.3.4. A teoria da esfera de proteção da norma .....	146
5.2.3.5. A teoria da conexão do risco .....	146
5.2.3.6. O problema da causa virtual .....	147
5.2.3.7. O problema do comportamento lícito alternativo .....	148
5.2.4. A culpa do lesado como causa de exclusão ou de modificação da responsabilidade administrativa delitual ....	149
5.2.5. Os sujeitos do dever de indemnizar na responsabilidade administrativa delitual .....	149
5.2.5.1. A responsabilidade das pessoas coletivas administrativas e as responsabilidades dos seus órgãos e agentes .....	150
5.2.5.2. A solidariedade entre as pessoas coletivas administrativas e os seus órgãos e agentes .....	151

5.2.5.3. O dever de regresso .....	151
5.2.5.4. A solidariedade entre os titulares de órgãos e agentes, em caso de pluralidade de responsáveis .....	152
5.3. A responsabilidade civil por ato de gestão pública: a responsabilidade extracontratual pelo risco .....	152
5.3.1. Os fundamentos da responsabilidade administrativa pelo risco .....	153
5.3.2. Os pressupostos da responsabilidade pelo risco .....	154
5.3.3. Causas de exclusão ou modificação da responsabilidade administrativa pelo risco .....	154
5.4. A responsabilidade civil por ato de gestão pública: a responsabilidade extracontratual por facto lícito .....	155
5.4.1. A responsabilidade pelo sacrifício de bens pessoais e por danos causados em estado de necessidade .....	156
5.4.2. A responsabilidade pelo não restabelecimento legítimo de posições jurídicas subjetivas violadas .....	156
5.5. A responsabilidade civil por ato de gestão pública: responsabilidade contratual .....	156
5.6. A responsabilidade civil por ato de gestão pública: a terceira via de responsabilidade .....	157
5.7. A responsabilidade civil por ato de gestão privada .....	159

## **Capítulo VI – A responsabilidade criminal por ato médico .....**

6. A responsabilidade criminal por ato médico .....	163
6.1. As intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos com violação das <i>leges artis</i> .....	163
6.2. As intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos arbitrários .....	165
6.3. O consentimento informado .....	168

6.4. O consentimento dos menores para intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos .....	171
6.5. O segredo profissional médico .....	172
6.6. Propagação de doença, alteração de análise ou de receituário .....	175
6.7. A recusa de médico .....	177
<b>Capítulo VII – O consentimento informado .....</b>	<b>181</b>
7. O consentimento informado .....	183
7.1. O direito do doente a ser esclarecido .....	183
7.2. Casos em que o consentimento do doente deve ser dado por escrito .....	185
7.3. Procedimentos para a obtenção do consentimento informado .....	187
7.4. As limitações ao consentimento e direito de recusa do paciente .....	188
7.5. Ónus da prova no consentimento informado .....	189
7.6. A responsabilização do médico por ausência de consentimento informado .....	190
7.7. A responsabilização por consentimento insuficiente .....	190
<b>Capítulo VIII – A indemnização no âmbito da responsabilidade civil médica .....</b>	<b>195</b>
8. Os fundamentos do dever de indemnizar no âmbito da responsabilidade civil médica .....	197
8.1. A quantificação dos danos .....	197
8.1.1. Os danos não patrimoniais .....	198
8.1.2. Os danos patrimoniais .....	202
8.2. O dano da morte .....	207
<b>Bibliografia .....</b>	<b>211</b>